

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO DO Nº 088/2023	
Resumo do objeto do contrato	ALTERAÇÃO QUANTITATIVA DO CONTRATO Nº 088/2023, RELATIVO À CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ABRIGAR O INSTITUTO DE DNA FORENSE - TERESINA-PI
Prazo de vigência	19/12/2025
Data de assinatura do contrato	07/05/2025
Valor do acréscimo	R\$ 830.363,23 (OITOCENTOS E TRINTA MIL TREZENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)
Valor total	R\$ 4.177.869,32 (QUATRO MILHÕES, CENTO E SETENTA E SETE MIL OITOCENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).
Programa de Trabalho	06.181. 0103. 5065
Fonte de Recursos	754
Natureza da Despesa	449051
Nº Nota de Reserva no SIAFE	2025NR00280
Nº Autorização de Reserva Orçamentária no SIAFE	2025RO04879
Signatários do contrato	Pela Contratante: FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO Pelo Contratado: MAX ALBERTO MONTEIRO MARQUES JUNIOR

(assinado eletronicamente)

Francisco Lucas Costa Veloso

Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí

(Transcrição da nota ADITIVOS de Nº 10915, datada de 8 de maio de 2025.)

ATAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD

ATA DA 13ª REUNIÃO DO COMITÊ DE TRANSIÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, de forma híbrida, na sala de Reunião da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, localizada na Avenida Rio Poti, nº 1046 - Fátima, Teresina - PI, CEP 64049-410, em cumprimento ao Capítulo 7 - FASE DE TRANSIÇÃO, do Contrato nº 648/2024, realizou-se a 13ª Reunião do Comitê de Transição -



MRAE. Enquanto representantes do Comitê de Transição - MRAE, designados através da Portaria nº 4/2025/GAB/SEAD e suas alterações, nos autos do Processo Administrativo nº 00002.011728/2024-22, estiveram presentes: Alberto Hidd e Maria Helena Santos, membros da SEAD; os membros da Concessionária Guilherme de Figueiredo Dias e Danilo Cezar Correia de Almeida; Clemilton Luiz Queiroz Granja e Leonardo Silva Sousa, membros da AGESPISA; Estela Miridan Rosas e Francisco Antônio de Sousa Filho, membros AGRESPI. Após a contextualização preliminar, Alberto Hidd procedeu a leitura da pauta, que trata dos seguintes pontos: **I - Relatório Semanal Concessionária - tombamento dos bens reversíveis; II - Informes e proposições adicionais dos integrantes do Comitê de Transição.** No que se refere ao **primeiro ponto de pauta**, Guilherme (Representante Concessionária), destacou a importância de manter todos os presentes alinhados com o que já foi abordado, sintetizando os avanços já realizados pela Concessionária e explanando um cronograma de entrada parcial das operações, que será a partir do dia 5 de maio de 2025, devendo iniciar em 33 municípios. Destacou que os sistemas autônomos de água (SAAEs) estão ficando para o final do cronograma, uma vez que a Concessionária ainda não recebeu todas as informações necessárias para realizar as análises e o devido planejamento. Assim, esses municípios serão incluídos à medida que houver viabilidade técnica, podendo, inclusive, ultrapassar o prazo inicialmente previsto, especialmente pela falta de dados sobre ativos. Paulo Roberto observou que, em relação à assunção parcial, o contrato estabelece que deve haver a formalização dessa parcialidade. Estela questionou sobre a data da eficácia plena da concessão, indagando se a Concessionária pretendia considerá-la somente quando todos os municípios estivessem sob sua operação. Guilherme respondeu que sim, pois a eficácia plena só será reconhecida com a integralidade dos municípios incluídos. Informou também que todos os municípios anteriormente operados pela AGESPISA já foram visitados e estão prontos para serem assumidos. No que diz respeito ao Infrainteligente, já foram visitadas 192 cidades e realizadas 2.254 vistorias de plantas, sendo que, destas, 107 cidades já foram concluídas e estão incluídas no cronograma de entrada. Alberto reforçou a importância de, agora que se possui a lista dos 33 municípios a serem assumidos, a Concessionária apresentar todas as informações detalhadas sobre cada um deles. Danilo relatou que há discrepâncias entre o edital e o que está sendo encontrado em campo, citando o exemplo do município de Joaquim Pires, onde há registro de 103 poços no edital, mas apenas 7 foram vistoriados pela Concessionária, sendo possível que os demais estejam em áreas rurais. Guilherme reforçou que essas informações são importantes, pois os ativos precisam ser devolvidos ao final da concessão. Guilherme comentou sobre os índices de perda de água, informando que o termo de referência aponta perda total de 48,5%, e que a meta é atingir 45% no terceiro ano. Contudo, observou que a ausência de macromedidores na maioria das operações impede uma medição precisa. Além disso, a idade média dos hidrômetros é de 11,4 anos, o que também compromete a precisão das leituras. Danilo mencionou que algumas ETAs estão operando em condições inadequadas. Em alguns casos, o edital indica que tratam 400 L/s, mas na realidade estão tratando 200 L/s. Estela solicitou que esses casos sejam oficiados à AGRESPI. Sobre as ETEs, Guilherme ressaltou a importância de vistorias conjuntas nos pontos críticos, pois há municípios com cobertura e ETEs operacionais, outros sem cobertura e com ETEs, e casos em que a ETE não está operacional por questões ambientais. Guilherme também abordou os desafios do sistema de esgotamento sanitário, com destaque para a infiltração da rede fluvial no esgoto. Citou o exemplo de Parnaíba, onde as ETEs transbordam durante chuvas, comprometendo o tratamento. Clemilton questionou o que se considera “sem cobertura com ETE”, e citou Amarante como exemplo de município com quase 100% de rede implantada, mas ainda não em operação. Estela perguntou se a



falta de cobertura se referia à ausência de rede ou à inoperância do sistema. Danilo esclareceu que é porque o sistema não está operando. Danilo informou que já há funcionários nas bases principais das 33 cidades que irão assumir e que, nos dias 1º, 2 e 3 de maio, será realizada a integração dos colaboradores terceirizados, com previsão de abertura das lojas de atendimento no dia 5. Informou também que as ETAs e ETEs já estão sendo preparadas e que 20 atendentes foram deslocados para treinamento. Danilo comentou que, como a AGESPISA continuará operando em algumas cidades por 30 ou 60 dias, a Concessionária providenciou contêineres com kits de almoxarifado para manter a separação entre as operações. Maria Helena observou que os municípios com SAAEs têm dificuldades em fornecer as informações exigidas e questionou o que ocorrerá caso essas informações não sejam repassadas, ainda completou em relação à declaração de utilidade pública (DUP), solicitando que a Concessionária deve apresentar ao Poder Concedente a indicação das cidades que necessitam dessa situação, para que seja possível mobilizar esforços e viabilizar a assunção, reiterou que, nos municípios com SAAEs, as únicas informações disponíveis são relativas a poços e cadastros de usuários. Continuou pontuando que o Poder Concedente adotou a planilha sugerida pela Concessionária e a enviou aos 67 municípios, mas apenas 15 participaram da reunião virtual. A data-limite para envio da planilha preenchida é 30 de abril/2025. Até o momento, a Concessionária recebeu os cadastros de usuários de apenas 5 municípios, que, portanto, já poderiam ser incluídos na assunção parcial. Alberto informou que 33 municípios com SAAEs já responderam, e solicitou que a Concessionária avalie a viabilidade de assumir esses serviços, bem como informe a necessidade de emissão da DUP. Nos informes finais, Alberto mencionou a participação da Concessionária no programa “Diálogos pelo Piauí” e informou sobre a aquisição de bombas para operação e manutenção com a AGESPISA e a Concessionária, pendente de termo de anuência nos autos do processo do Comitê de Transição. Em análise às questões de ordem, foi deliberado e aprovado, por unanimidade dos integrantes que compõem o Comitê de Transição - MRAE, o seguinte: **I - a Concessionária irá oficializar sobre a assunção parcial dos serviços por etapas de operação; II - A Concessionária deverá formalizar as divergências encontradas nos ativos, no que tange a precariedade destes em comparação ao Edital e Termo de Referência do Contrato de Concessão, para realização de vistorias conjuntas; III - A Concessionária deverá indicar os municípios com necessidade de declaração de utilidade pública.** Concluída as proposições e sem nenhuma discordância das premissas apresentadas, eu Maria Helena Santos Soares, lavrei a presente ata, que será publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí - DOE/PI, sob responsabilidade dos membros da SEAD-PI.

Alberto Elias Hidd Neto

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

Clemilton Luiz Queiroz Granja

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

Danilo Cezar Correia de Almeida

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

Estela Miridan Rosas



Membro Comitê de Transição - AGRESPI

Francisco Antônio de Sousa Filho

Membro Comitê de Transição - AGRESPI

Guilherme de Figueiredo Dias

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

Leonardo Silva Sousa

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

Maria Helena Santos Soares

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD

Ata de Reunião

ATA DA 14ª REUNIÃO DO COMITÊ DE TRANSIÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala de Reunião da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, localizada na Avenida Rio Poti, nº 1046 - Fátima, Teresina - PI, CEP 64049-410, em cumprimento ao Capítulo 7 - FASE DE TRANSIÇÃO, do Contrato nº 648/2024, realizou-se a 14ª Reunião do Comitê de Transição - MRAE. Enquanto representantes do Comitê de Transição - MRAE, designados através da Portaria nº 4/2025/GAB/SEAD e suas alterações, nos autos do Processo Administrativo nº 00002.011728/2024-22, estiveram presentes: Alberto Hidd e Maria Helena Santos, membros da SEAD; os membros da Concessionária Guilherme de Figueiredo Dias e Danilo Cezar Correia de Almeida; Clemilton Luiz Queiroz Granja e Leonardo Silva Sousa, membros da AGESPISA; Estela Miridan Rosas, membro AGRESPI. Após a contextualização preliminar, Alberto Hidd procedeu a leitura da pauta, que trata dos seguintes pontos: **I - Relatório Semanal Concessionária - tombamento dos bens reversíveis; II - Ofício R3.CAR.JUR.API.2025/000032 - API Assunção parcial dos Serviços e anuência do Comitê de Transição - MRAE; III - Manifestação da Concessionária sobre divergência do estado de conservação dos bens em face do edital e cronograma de vistoria conjunta nesses ativos; IV - Verificar possibilidade de apresentação do Plano de Reavaliação da Área da Concessão e o respectivo relatório de forma parcial. A partir da assunção parcial, inicia-se a contagem de prazo parcial para cada etapa; V - Informes e proposições adicionais dos integrantes do Comitê de Transição.** No que se refere ao primeiro ponto de pauta, a Concessionária faz a apresentação do relatório semanal, com a

